

# Novos Estudos sobre *Law Enforcement,* *Compliance* e Direito Penal

## **COORDENAÇÃO CIENTÍFICA**

Maria Fernanda Palma

Augusto Silva Dias

Paulo de Sousa Mendes

## **ORGANIZADORES**

Paulo de Sousa Mendes

José Neves da Costa

Tiago Geraldo

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
NOTA INTRODUTÓRIA	9

### I. LAW ENFORCEMENT E COMPLIANCE

<i>Law Enforcement &amp; Compliance</i> PAULO DE SOUSA MENDES	13
Considerações Críticas sobre <i>Criminal Compliance</i> e Corrupção JOSÉ DANILO TAVARES LOBATO	25
Investigações internas: ponderações e limites JOANA ALMEIDA	59

### II. CASE LAW

O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e o Direito das Contraordenações – Um excesso de complexidade desestruturante MARTA CAMPOS	81
O caso da Associação Nacional de Farmácias à luz da jurisprudência <i>Akzo Nobel</i> (revisitada) TERESA BRAVO	111

### III. MERCADO E DIREITO PENAL

Direito Penal da Concorrência? Reflexão a propósito de uma proposta de criminalização FLÁVIA NOVERSA LOUREIRO	149
<i>Insider trading</i> e ofertas públicas de aquisição: alcance do tipo e condutas penalmente irrelevantes TIAGO GERALDO	177

#### IV. PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO

- Dificuldades e impossibilidades: Algumas notas práticas à aplicação da Lei nº 83/2017, de 18 de junho, no contexto da atividade de *compliance*  
JOSÉ NEVES DA COSTA e MÁRIO NEVES 201
- O dever de comunicação de operações suspeitas ao abrigo da lei nº 83/2017: Breve anotação e comentário da perspetiva das instituições bancárias  
JOANA MARIA DENTE 229
- Deveres antibranqueamento de capitais: De onde vieram, quais são e como vão evoluir (do “4G” ao “5G”)  
MIGUEL DA CÂMARA MACHADO 259

#### V. PROTEÇÃO DE DADOS

- Criar um programa de *compliance*? Uma análise centrada na proteção de dados  
DANIEL REIS e RITA VILAS CURTO 355
- O RGPD e a atividade do Sistema de Informações da República Portuguesa: Exclusão total ou parcial do âmbito de aplicação?  
ANA SANTOS MEIRINHOS 379

#### VI. IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

- Responsabilidade contra-ordenacional da Pessoa Colectiva  
ALEXANDRA VILELA 395
- Responsabilidade bancária no cibercrime – o *phishing* e o *pharming*  
RUTE ARRÔBE 417

#### VII. INSPEÇÃO E INVESTIGAÇÃO

- As diligências de busca e apreensão em processos sancionatórios: contextualização da sua evolução a partir da Lei da Concorrência  
MARGARIDA ROSADO DA FONSECA 443
- Compatibilização dos deveres de informação e colaboração com o princípio da não autoinculpação  
FILIPE MATIAS SANTOS 471